



OF. GP. Nº 091/2025

São Jerônimo, 19 de março de 2025.

Exmo. Sr.

Renato da Silva Ferreira

M.D. Presidente da Câmara de Vereadores

São Jerônimo – RS

Prezado Senhor:

Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência, bem como aos membros desta Colenda Câmara de Vereadores, ao mesmo tempo em que lhes encaminhamos o Projeto de Lei nº 043/2025, em anexo, o qual reajusta o vencimento dos servidores municipais.

Preliminarmente é oportuno salientar que a Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso X dispõe que:

“X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privada em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.

Neste sentido, estamos encaminhando o presente projeto visando o reajuste de 10%.

Este índice é composto 5,06% da variação da inflação (IPCA) dos últimos 12 meses (março/24 a fevereiro/2025)¹ e aumento real de 4,94%.

Essa medida se faz necessária devido ao longo período sem reajustes efetivos que reflitam a perda do poder de compra e a desvalorização dos salários dos servidores.

Nos últimos anos, a inflação tem corroído significativamente os rendimentos dos trabalhadores, impactando diretamente sua qualidade de vida. A recomposição proposta não apenas restabelece o equilíbrio econômico dos salários frente à inflação acumulada, como também promove um incremento real nos vencimentos, reconhecendo a importância do trabalho desempenhado por esses profissionais para o funcionamento eficiente da administração pública.

¹ <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>



Vale referir que nos anos de 2014/2015 nem a inflação foi concedida como aumento aos servidores. As diferenças dos percentuais inflacionários foram concedidas em 2018 e 2024 (Lei Municipal n.º 3.632/2018 e Lei Municipal n.º 4.309/2024).

Dito isto, veja-se que os servidores vêm há anos tendo apenas o aumento referente à inflação acumulada, sem ganho real.

A valorização salarial dos servidores é fundamental para manter a motivação, a produtividade e a eficiência no serviço público. A ausência de reajustes reais por um longo período compromete não apenas o bem-estar dos funcionários, mas também a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Um salário digno e condizente com as responsabilidades exercidas é essencial para atrair e reter talentos qualificados no setor público, garantindo a continuidade e excelência das atividades desempenhadas.

Além disso, o município apresenta uma situação financeira equilibrada, com recursos suficientes e margem dentro do limite prudencial da folha de pagamento, permitindo a implementação do aumento real sem comprometer a responsabilidade fiscal. O impacto financeiro da medida já foi analisado e está em conformidade com os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, assegurando que a medida seja sustentável e não comprometa a gestão dos recursos públicos.

Ademais, se propõe aos CC's e FG's apenas o reajuste inflacionário de 5,06%, haja vista a recente atualização legislativa da Estrutura Administrativa.

Portanto, a aprovação deste Projeto de Lei representa um passo importante para a valorização dos servidores públicos, garantindo-lhes condições justas de trabalho e assegurando que possam continuar desempenhando suas funções com dedicação e excelência em benefício de toda a sociedade.

Diante do exposto, solicitamos a esta Egrégia Câmara que aprecie e aprove o presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

Júlio César Prates Cunha

Prefeito Municipal

**PROJETO DE LEI Nº 043, DE 19 DE MARÇO DE 2025**

REAJUSTA A TABELA DE PAGAMENTOS DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, CARGOS EM COMISSÃO, ESTAGIÁRIOS, CELETISTAS E DEMAIS SERVIDORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 53, IV da Lei Orgânica, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I

Art. 1º Fica concedido aos cargos de provimento efetivo, estagiários, celetistas e demais servidores que não se enquadrarem nessas categorias, um reajuste de 10% (dez por cento), composto por 5,06% da variação do IPCA entre mar/2024 e fev/2025 somados à recomposição de 4,94% relativo a aumento real de salário, alterando-se a tabela de pagamento enunciadas no artigo 24 da Lei Municipal nº 658/1994 e no artigo 1º da Lei Municipal nº 2.677/2008, que ficam assim constituídas:

I – Fica alterada a tabela do artigo 24 da Lei Municipal n.º 658/1994, relacionadas aos servidores efetivos, passando a ter a seguinte redação:

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	1.176,41	1.294,01	1.423,46	1.565,84	1.722,34	1.894,60	2.084,11	2.292,49
2	1.447,01	1.591,67	1.750,83	1.925,94	2.118,49	2.330,36	2.563,40	2.819,76
3	1.779,78	1.957,76	2.153,55	2.368,88	2.607,07	2.866,35	3.153,01	3.468,31
4	2.189,11	2.408,05	2.648,86	2.913,76	3.205,11	3.525,63	3.878,16	4.266,00
5	2.692,64	2.961,89	3.258,10	3.583,91	3.942,31	4.336,49	4.770,18	5.247,17
6	3.311,92	3.643,13	4.007,45	4.408,21	4.849,01	5.333,87	5.867,30	6.454,02
7	4.073,70	4.481,08	4.929,17	5.422,06	5.964,29	6.560,68	7.216,77	7.938,47
8	5.010,63	5.511,73	6.062,88	6.669,14	7.336,09	8.069,67	8.876,66	9.764,31
9	6.163,06	6.779,40	7.457,33	8.203,05	9.023,34	9.925,68	10.918,28	12.010,13
10	7.751,52	8.526,68	9.379,36	10.317,25	11.349,00	12.483,90	13.732,31	15.105,52
11	8.745,31	9.619,83	10.581,82	11.640,63	12.803,99	14.084,38	15.498,82	17.042,12



II – Fica alterada a tabela do artigo 1º da Lei Municipal nº 2.677/2008, passando a ter a seguinte redação:

Denominação	Valor
Estagiários de Ensino Médio	957,51
Estagiários de Ensino Técnico	1.176,41
Estagiários de Ensino Superior até 5º semestre	1.294,01
Estagiários de Ensino Superior a partir do 6º semestre	1.422,59

Art.2º Fica concedido aos cargos em comissão e funções gratificadas o reajuste de 5,06% (cinco vírgula zero seis por cento) composto pela da variação do IPCA entre mar/2024 e fev/2025, alterando-se o artigo 112 da Lei Municipal nº 4.458/2025, que fica assim constituída:

I – Fica alterada a tabela do art. 112 da Lei Municipal 4.458/2025, passando a ter a seguinte redação:

Denominação	Valor	Denominação	Valor
Cargo em Comissão 1	0,00	Função Gratificada 1	657,67
Cargo em Comissão 2	1.978,93	Função Gratificada 2	989,50
Cargo em Comissão 3	2.998,08	Função Gratificada 3	1.499,02
Cargo em Comissão 4	4.526,74	Função Gratificada 4	2.263,37
Cargo em Comissão 5	5.997,19	Função Gratificada 5	3.732,79
Cargo em Comissão 6	7.465,54	Função Gratificada 6	4.111,32
Cargo em Comissão 7	7.826,61	Função Gratificada 7	0,00

Parágrafo único: O reajuste previsto no caput não se aplica ao Cargo em Comissão 7 (CC7), uma vez que este já teve sua remuneração definida e ajustada conforme a Lei da Estrutura Administrativa – Lei nº 4.458, sancionada em fevereiro de 2025. Dessa forma, a atualização salarial concedida por essa legislação já contempla os devidos ajustes para essa função.

Art. 3º O presente reajuste de 10% é extensivo aos pensionistas e inativos que forem regrados pela Paridade, conforme previsão do artigo 40, § 8º da Constituição Federal.



Art. 4º Os Funcionários Públicos Municipais, estáveis ou não, e que não estão enquadrados em nenhuma das situações acima especificadas, terão o mesmo reajuste de 10%.

Parágrafo único: As gratificações serão reajustadas conforme leis específicas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a contar de 1º de março de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Júlio César Prates Cunha

Prefeito Municipal

**Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro para Reajuste Salarial dos Servidores**

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO PODER EXECUTIVO	
ESTUDO DE REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DATA: 19/03/2025.	
Art 16, inciso I e § 4º inciso I da LC 101/2000	
Estudo do Reajuste Salarial dos Servidores Ativos, Inativos e Cargos em Comissão, em cumprimento ao disposto no Art. 16, inciso I § 4º, e Art. 17 da Lei Complementar nº 101-2000.	
EVENTO	Reajuste Salarial dos Servidores Ativos e Inativos do Poder Executivo, com reajuste proposto de 10% e Cargos em Comissão com reajuste de 5,06%.
Expansão	

Vigência das Despesas

Início	Fim
A partir de 01/03/2025	Indeterminado, por se tratar de despesas correntes obrigatórias de caráter continuado.

ESTIMATIVA DE ACRÉSCIMO NAS DESPESAS DE CUNHO REMUNERATÓRIO, COM REPERCUSSÃO NOS GASTOS COM PESSOAL			
Natureza	2025	2026	2027
Vencimentos e Vantagens	2.173.235,43	2.738.276,60	2.875.190,43
13º Salário	217.323,54	228.189,72	239.599,21
Encargos Sociais - INSS	308.817,08	383.213,92	402.374,62
Encargos Sociais - RPPS	274.749,86	340.939,60	357.986,58
Total dos Acréscimos	2.974.125,91	3.690.619,84	3.875.15,84
ESTIMATIVA DE ACRÉSCIMO NAS DESPESAS SEM REPERCUSSÃO NOS GASTOS COM PESSOAL - RPPS			
Natureza	2025	2026	2027
Aposentadorias com recursos do RPPS	316.938,49	393.291,85	412.956,44
Pensões com recursos do RPPS	72.036,91	89.391,26	93.860,82
Previdência	97,90	121,49	127,56
Gratificação dos Gestores	10.528,43	13.064,82	13.718,06
Total dos Acréscimos	399.601,73	495.869,42	520.662,88

ESTIMATIVA DE ACRÉSCIMO NAS DESPESAS SEM REPERCUSSÃO NOS GASTOS COM CARGOS EM COMISSÃO
--



Natureza	2025	2026	2027
Vencimentos e Vantagens Fixas	194.786,10	245.430,49	257.702,00
13º salário	19.478,61	20.452,54	21.475,17
Encargos Sociais - INSS	60.285,60	75.959,86	79.757,87
Total dos Acréscimos	274.550,31	341.842,89	358.935,04

Obs: as premissas e memória de cálculo dos valores acima, está especificada em demonstrativo anexo.

QUADRO 3			
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO SOBRE AS METAS DE DESPESAS			
ANO	(A) ACRÉSCIMO ESTIMADO NAS DESPESAS (soma dos quadros 1 e 2)	(B) ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO	(C) % B/A
2025	3.648.277,86	126.438.036,25	2,89
2026	4.528.332,15	121.136.511,88	3,74
2027	4.754.752,50	124.269.262,95	3,83

IMPACTO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

O quadro abaixo demonstra a evolução das despesas com pessoal do Poder Executivo nos últimos 04 exercícios encerrados e sua projeção para o ano corrente:

QUADRO 6 – Impacto Sobre a Receita Corrente Líquida			
Exercício	Rec. Corrente Líquida	Gastos Com Pessoal do Poder Executivo	% / RCL
2021	68.119.392,41	31.772.007,95	46,64
2022	76.130.709,09	35.840.023,45	47,08
2023	82.896.470,15	38.176.463,34	46,05
2024	96.623.478,48	41.635.574,15	43,09
2025	101.454.652,40	48.917.701,99	48,22

Observações:

a) As projeções da Receita Corrente Líquida para 2025, foram efetuadas projetando-se uma tendência de arrecadação com um crescimento de 5% em média.

b) A despesa com pessoal estimada para 2025 foi obtida a partir dos seguintes dados:

Despesas	
Criação de cargos	1.080.266,60
Criação de contratos temporários	522.647,07



Projeto de reajuste salarial 2025	3.648.277,86
= Total estimado da despesa	5.251.191,53

c) As projeções das despesas com pessoal dos anos de 2025 e 2026, foram efetuadas a partir da evolução dos gastos nos exercícios anteriores, que, considerando os novos gastos, projeta um aumento no índice de pessoal de 43,05% para 48,22% .

Neste sentido, cabe esclarecer que esses valores são projeções que podem sofrer alterações no decorrer do exercício, considerando que a Receita Corrente Líquida foi projetada com base nos valores de dezembro 2024.

Obs: Os valores das projeções da despesa com pessoal foram obtidos através de estudos elaborados pelo Setor de Recursos Humanos do município.

São Jerônimo, 19 de março de 2025.

*Maria Conceição dos S. Chaves
Secretária Municipal da Fazenda*